



PAULÍNIA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA - SÃO PAULO

MOTORISTA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Educacionais
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA N° 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



PAULÍNIA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA - SÃO PAULO

Motorista

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026

CÓD: SL-226JL-26
7901183003891

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Tipos e gêneros textuais	10
3. Significação de palavras e expressões. Sinônimos e antônimos	16
4. Ortografia oficial. Usos dos “porquês”	18
5. Classes de palavras variáveis e invariáveis e suas funções no texto. Tempos simples dos verbos. Conjugações verbais	22
6. Concordâncias verbal e nominal	30
7. Colocação de pronomes nas frases	34
8. Sintaxe: termos essenciais integrantes e acessórios da oração. Tipos de predicado	35
9. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Dígrafos, encontros vocálicos e consonantais. Divisão silábica .	39
10. Processos de formação de palavras: derivação, composição e outros processos	41
11. Usos de “mau” e “mal”.	46

Raciocínio Lógico

1. Lógica proposicional	57
2. Argumentação lógica	59
3. Sequências e padrões lógicos	63
4. Conjuntos e diagramas lógicos	64
5. Noções de matemática aplicada ao raciocínio lógico	67
6. Interpretação e resolução de problemas lógicos	71

Conhecimentos Educacionais

1. Noções de educação e ambiente escolar	77
2. Papel da escola na formação do estudante	80
3. Relação escola, família e comunidade	83
4. Princípios básicos da organização escolar	85
5. Convivência e rotina escolar; Disciplina e normas de convivência	86
6. Mediação de conflitos no ambiente escolar	89
7. Segurança e bem-estar dos alunos	90
8. Desenvolvimento e aprendizagem	91
9. Noções de desenvolvimento cognitivo, social e emocional	95
10. Inclusão escolar e respeito à diversidade	96
11. Apoio ao processo de ensino-aprendizagem	97
12. Políticas educacionais básicas	101
13. Constituição Federal de 1988 (educação)	105
14. Lei nº 9.394/1996 (LDB – noções gerais)	109
15. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)	129
16. Ética e conduta profissional: Postura ética no ambiente escolar; Sigilo e responsabilidade no trato com alunos	169

Conhecimentos Específicos

Motorista

1. Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e suas alterações; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de trânsito, infrações, penalidades e medidas administrativas.....	177
2. Condução de veículos; Técnicas de direção defensiva; Condução segura de veículos leves e pesados; Procedimentos para transporte de passageiros e cargas.....	230
3. Segurança no trânsito; Prevenção de acidentes; Conduta em situações de emergência; Utilização de equipamentos obrigatórios e dispositivos de segurança	235
4. Operação e manutenção de veículos; Funcionamento básico dos sistemas do veículo; Inspeção, conservação e manutenção preventiva; Identificação de falhas e comunicação de irregularidades	240
5. Transporte de passageiros e cargas; Embarque, desembarque, carga e descarga com segurança; Atendimento ao usuário com urbanidade; Cuidados com materiais transportados.....	244
6. Meio ambiente e segurança do trabalho; Condução econômica e direção sustentável; Prevenção de riscos no ambiente de trabalho; Uso adequado de equipamentos de proteção e segurança	249
7. Primeiros socorros; Noções básicas de atendimento em acidentes de trânsito; Acionamento dos serviços de emergência; Conduta inicial até a chegada do atendimento especializado	254
8. Ética e responsabilidade profissional; Relações interpessoais e atendimento ao público.....	274
9. Responsabilidade funcional, disciplina e zelo pelo patrimônio público; Organização de registros, prestação de contas de viagens e cumprimento das normas administrativas.....	281

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA PROPOSICIONAL

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossa tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n , onde n é o número de proposições.

AMOSTRA

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	q	r	$p \vee q \rightarrow r$
-----	-----	-----	--------------------------

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

p	q	$p \rightarrow q$	$\sim p$	$\sim q$	$\sim q \rightarrow \sim p$
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de $p \rightarrow q$ é igual a $\sim q \rightarrow \sim p$ (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta $(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para $p \wedge q$ e $p \vee q$.

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com $p \rightarrow q$:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante. Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

NOÇÕES DE EDUCAÇÃO E AMBIENTE ESCOLAR

► Educação como processo de formação humana

A educação é um processo contínuo de formação humana, social e cultural que ocorre em diferentes espaços de convivência e assume, na escola, uma organização intencional e sistemática. A atividade educativa não se limita à transmissão de informações: envolve desenvolvimento intelectual, construção de valores, ampliação da autonomia, aprendizagem de formas de convivência e participação em práticas sociais. O ambiente escolar reúne pessoas com histórias, conhecimentos, necessidades e modos de expressão distintos, exigindo relações orientadas pelo respeito, pela responsabilidade e pelo reconhecimento da dignidade de cada integrante da comunidade.

A formação realizada na escola articula conhecimentos acadêmicos, experiências sociais e desenvolvimento de capacidades necessárias à vida coletiva. Aprender envolve compreender conceitos, elaborar interpretações, comunicar ideias, resolver problemas, cooperar e atuar de maneira responsável diante de situações concretas. Essa perspectiva atribui importância não apenas ao conteúdo trabalhado em sala, mas também à organização das rotinas, às formas de interação, aos procedimentos adotados nos espaços comuns e à maneira como conflitos e necessidades são acolhidos.

Dimensão social da educação

A escola integra uma rede mais ampla de relações sociais. Crianças, adolescentes, profissionais e famílias participam de contextos culturais diversos, e essas experiências repercutem na convivência cotidiana. A educação escolar contribui para a inserção do estudante em práticas sociais mais amplas, permitindo contato com conhecimentos historicamente produzidos e com formas organizadas de participação coletiva.

O caráter social da educação também se manifesta na aprendizagem de regras de convivência. Respeitar horários, preservar materiais, ouvir outras pessoas, utilizar adequadamente os espaços e reconhecer limites são comportamentos construídos por meio da experiência cotidiana e da mediação dos adultos. A coerência entre orientação e prática é fundamental: regras compreensíveis, aplicadas de modo estável e respeitoso, favorecem segurança e previsibilidade.

► Função educativa do ambiente escolar

O ambiente escolar compreende espaços físicos, relações humanas, rotinas, normas, práticas pedagógicas e condições de acolhimento. Salas, corredores, pátios, refeitórios, bibliotecas, banheiros, áreas esportivas e espaços administrativos possuem funções específicas, mas todos integram a experiência educativa. A organização desses ambientes interfere diretamente na circulação, na segurança, na autonomia e na qualidade das interações.

Um ambiente educativo adequado combina condições materiais e relacionais. Limpeza, conservação, acessibilidade, iluminação, ventilação, sinalização e organização física são importantes, assim como respeito, escuta, cooperação e cuidado. A presença de adultos atentos contribui para orientar condutas, prevenir situações de risco e apoiar estudantes em momentos de dificuldade.

A escola também possui uma cultura institucional formada por valores, hábitos, regras e modos de funcionamento construídos ao longo do tempo. Essa cultura influencia a maneira como as pessoas se relacionam e compreendem suas responsabilidades. O agente de apoio escolar participa dessa dinâmica ao atuar em contato direto com estudantes, profissionais e espaços de uso coletivo.

Convivência como parte da formação

A convivência escolar oferece oportunidades constantes de aprendizagem social. Esperar a vez, compartilhar recursos, respeitar diferenças, reconhecer erros, pedir ajuda e solucionar divergências são competências desenvolvidas em situações reais. A atuação dos profissionais deve favorecer comportamentos compatíveis com o respeito mútuo, evitando humilhações, exposições indevidas ou tratamentos discriminatórios.

As normas de convivência cumprem função educativa quando são claras, proporcionais e coerentes com a proteção das pessoas e do patrimônio. A intervenção diante de comportamentos inadequados deve considerar o contexto, a segurança envolvida e os procedimentos institucionais, preservando a dignidade dos estudantes e mantendo comunicação objetiva com a equipe responsável.

ORGANIZAÇÃO, ROTINA E RELAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR

► Rotinas como instrumento de segurança e aprendizagem

A rotina escolar organiza tempos, deslocamentos e atividades, tornando o funcionamento institucional previsível. Entrada, saída, intervalos, refeições, trocas de aula, uso de espaços comuns e atividades coletivas exigem coordenação para evitar desorganização e reduzir riscos. A previsibilidade ajuda os estudantes a compreenderem o que acontece em cada momento e quais comportamentos são esperados.

A rotina não deve ser entendida como mera repetição mecânica. Ela cria referências que favorecem autonomia, responsabilidade e adaptação às diferentes situações da vida escolar. Quando o estudante conhece os procedimentos de entrada, circulação, alimentação ou saída, pode participar desses momentos com maior segurança e independência. O adulto atua orientando, observando e intervindo quando necessário.

Circulação e uso dos espaços

A circulação organizada é especialmente importante em locais com grande fluxo de pessoas. Corredores, escadas, portões e pátios exigem atenção permanente, sobretudo em horários de transição. Orientações simples e uniformes reduzem corridas, empurrões, aglomerações e conflitos.

A utilização dos espaços deve considerar suas finalidades. Bibliotecas requerem condições favoráveis à leitura e à concentração; refeitórios demandam higiene e organização; áreas esportivas necessitam observação quanto ao uso adequado de equipamentos; banheiros exigem preservação da privacidade e atenção às condições de limpeza e segurança. O cuidado com o patrimônio escolar também possui caráter educativo, pois estimula responsabilidade sobre bens de uso coletivo.

► Relações interpessoais e comunicação

A qualidade das relações interpessoais influencia diretamente o clima escolar. Comunicação respeitosa, clareza nas orientações e capacidade de escuta contribuem para reduzir conflitos e fortalecer vínculos de confiança. O profissional que atua no apoio escolar precisa comunicar-se de maneira objetiva, sem agressividade, ironia ou exposição constrangedora.

A interação com estudantes requer equilíbrio entre acolhimento e autoridade funcional. Acolher significa reconhecer necessidades, ouvir e oferecer apoio compatível com a função desempenhada. Autoridade funcional corresponde à responsabilidade de orientar condutas, garantir cumprimento das normas institucionais e preservar a segurança. Autoritarismo, por outro lado, caracteriza-se pelo uso excessivo do poder, por imposições desproporcionais ou por práticas humilhantes, incompatíveis com um ambiente educativo respeitoso.

Mediação de situações cotidianas

Conflitos entre estudantes podem surgir por disputas, brincadeiras, mal-entendidos, frustrações ou diferenças de opinião. A primeira medida é verificar se existe risco imediato. Havendo agressão física ou ameaça concreta, a prioridade é interromper a situação com segurança e solicitar apoio conforme os procedimentos da instituição.

Em situações sem risco imediato, a mediação exige escuta e imparcialidade. É importante evitar conclusões precipitadas, rótulos ou acusações públicas. Cada pessoa envolvida deve ter oportunidade de relatar o ocorrido, e os fatos relevantes precisam ser encaminhados aos profissionais responsáveis quando ultrapassarem a competência do agente de apoio.

Algumas condutas favorecem relações institucionais adequadas:

- Utilizar linguagem clara, respeitosa e compatível com a faixa etária dos estudantes.
- Orientar comportamentos sem humilhar, ameaçar ou ridicularizar.
- Preservar informações pessoais e evitar comentários indevidos sobre estudantes e famílias.
- Comunicar ocorrências relevantes aos responsáveis institucionais de forma objetiva.
- Manter postura imparcial diante de conflitos e diferenças individuais.

A comunicação entre os profissionais também é indispensável. Informações sobre alterações de rotina, ocorrências, necessidades de apoio ou riscos identificados precisam circular pelos canais definidos pela instituição. A comunicação funcional deve distinguir fatos observados de interpretações pessoais, favorecendo decisões mais adequadas pela equipe.

INCLUSÃO, DIVERSIDADE E PROTEÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

► Respeito às diferenças e participação de todos

A escola reúne pessoas com diferentes características físicas, culturais, sociais, linguísticas e modos de aprender. Um ambiente educacional inclusivo busca assegurar participação, pertencimento e acesso às atividades escolares, reduzindo barreiras que possam excluir ou limitar a presença dos estudantes.

A inclusão exige atitudes concretas no cotidiano. Não se resume à presença física de estudantes com necessidades específicas, mas envolve condições para que todos possam circular, comunicar-se, participar de atividades e estabelecer relações respeitadas. Barreiras podem ser físicas, comunicacionais, atitudinais ou organizacionais. Uma escada sem alternativa acessível constitui barreira física; uma orientação incompreensível pode constituir barreira comunicacional; preconceitos e estigmas representam barreiras atitudinais.

Atitudes inclusivas no cotidiano

O profissional de apoio deve observar as necessidades individuais sem transformar diferenças em motivo de exposição. Auxílio adequado é aquele oferecido de forma respeitosa, preservando a autonomia possível de cada estudante. Fazer automaticamente por uma pessoa aquilo que ela consegue realizar sozinha pode gerar dependência desnecessária. Por outro lado, negar apoio quando há necessidade compromete a participação e a segurança.

As diferenças de comportamento também exigem cuidado. Nem toda reação incomum representa indisciplina. Dificuldades de comunicação, sobrecarga sensorial, ansiedade, frustração ou necessidade de apoio podem influenciar determinadas condutas. O agente de apoio não realiza diagnóstico, mas pode observar fatos, oferecer suporte imediato compatível com sua função e comunicar a situação à equipe responsável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503/1997) E SUAS ALTERAÇÕES; NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, INFRAÇÕES, PENALIDADES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos deste Código são os constantes do Anexo I.

CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Art. 6º São objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - a Polícia Rodoviária Federal;

VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e

VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 7º-A. A autoridade portuária ou a entidade concessionária de porto organizado poderá celebrar convênios com os órgãos previstos no art. 7º, com a interveniência dos Municípios e Estados, juridicamente interessados, para o fim específico de facilitar a atuação por descumprimento da legislação de trânsito. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 1º O convênio valerá para toda a área física do porto organizado, inclusive, nas áreas dos terminais alfandegados, nas estações de transbordo, nas instalações portuárias públicas de pequeno porte e nos respectivos estacionamentos ou vias de trânsito internas. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

Art. 9º O Presidente da República designará o ministério ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará vinculado o CONTRAN e subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 10. O Contran, com sede no Distrito Federal, é composto dos Ministros de Estado responsáveis pelas seguintes áreas de competência: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

I - (VETADO)

II - (VETADO)

II-A - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

III - ciência, tecnologia e inovações; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

IV - educação; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

V - defesa; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

VI - meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

VII - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

VIII - (VETADO)

IX - (VETADO)

X - (VETADO)

XI - (VETADO)

XII - (VETADO)

XIII - (VETADO)

XIV - (VETADO)

XV - (VETADO)

XVI - (VETADO)

XVII - (VETADO)

XVIII - (VETADO)

XIX - (VETADO)

XX - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

XXI - (VETADO)

XXII - saúde; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIII - justiça; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIV - relações exteriores; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXV - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

XXVI - indústria e comércio; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXVII - agropecuária; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXVIII - transportes terrestres; (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIX - segurança pública; (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXX - mobilidade urbana. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 3º-A. O Contran será presidido pelo Ministro de Estado ao qual estiver subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 4º Os Ministros de Estado poderão fazer-se representar por servidores de nível hierárquico igual ou superior ao Cargo Comissionado Executivo (CCE) nível 17, ou por oficial-general, na hipótese de tratar-se de militar. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 5º Compete ao dirigente do órgão máximo executivo de trânsito da União atuar como Secretário-Executivo do Contran. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 6º O quórum de votação e de aprovação no Contran é o de maioria absoluta. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Art. 10-A. Poderão ser convidados a participar de reuniões do Contran, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades setoriais responsáveis ou impactados pelas propostas ou matérias em exame. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. Compete ao CONTRAN:

I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

II - coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;

III - (VETADO)

IV - criar Câmaras Temáticas;

V - estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos CETRAN e CONTRANDIFE;

VI - estabelecer as diretrizes do regimento das JARI;

VII - zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas neste Código e nas resoluções complementares;

VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para o enquadramento das condutas expressamente referidas neste Código, para a fiscalização e a aplicação das medidas administrativas e das penalidades por infrações e para a arrecadação das multas aplicadas e o repasse dos valores arrecadados; (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

IX - responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!